

POSSÍVEIS IMPACTOS DAS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS DE DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA NO SETOR FLORESTAL BRASILEIRO

Introdução

De forma geral, o desenvolvimento dos vários setores da economia depende, entre outros fatores, dos incentivos e políticas colocadas em prática pelas várias instâncias de governo. Dessa forma, os dirigentes de um país podem lançar mão de estratégias para desacelerar processos que podem desencadear aspectos negativos na economia, como inflação, nível de endividamento, déficit na balança comercial, entre outros.

Considerando as medidas anunciadas pelo recém-formado governo do Brasil, que definiu um corte de R\$50 bilhões no seu orçamento e a trajetória de elevação das taxas de juros praticadas no mercado brasileiro, a conjuntura do Centro de Inteligência em Florestas deste mês de março de 2011 analisa os impactos dessas medidas governamentais nos principais segmentos do setor florestal brasileiro no ano de 2011.

Segmento de celulose e papel

O segmento de celulose depende, principalmente, das condições do mercado internacional, uma vez que a maior parte da produção brasileira é exportada. Em 2010, por exemplo, 70 % da produção nacional destinou-se ao mercado externo, sendo os principais compradores a Europa (46%), China (24%), América do Norte (18%) e Ásia/Oceania (12%) (BRACELPA, 2011). Assim, mesmo com cortes nos gastos públicos no Brasil, em função dessa alta proporção de exportação de celulose, nesse início de 2011 o segmento brasileiro de celulose e papel está apresentando crescimento.

Em fevereiro de 2011, as exportações brasileiras de celulose totalizaram 718,5 mil toneladas. Esse resultado representa um acréscimo de 4,8% em relação às vendas externas brasileiras registradas no mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio).

Os preços da celulose no mercado internacional apresentaram-se elevados nesse início de 2011, em relação ao ano de 2010. (Tabela 1). Esses dados são mais uma evidência de que o mercado pode estar se aquecendo novamente. A expectativa é de altas mais fortes para março, já que aumento nos preços da fibra longa foram anunciados na Europa e este movimento poderá ser seguido também pelos produtores de fibra curta.

Tabela 1 - Preço da celulose para os meses de janeiro e fevereiro de 2010 e 2011

Período	Europa (Euro/t.)		USA (US\$/t.)	
	Fibra longa	Fibra Curta	Fibra longa	Fibra Curta
Jan./2010	583,61	514,8	824,93	727,67
Fev./2010	614,04	545,17	840,19	745,93
Jan./2011	714,7	639,44	948,92	849,01
Fev./2011	695,07	621,25	949,18	848,38

Fonte: FOEX (2011).

No caso do segmento de papel, a situação é um pouco diferente, pois a maior parte da produção nacional é destinada ao mercado doméstico e ainda existe a concorrência do produto importado.

Por outro lado, o consumo das famílias está muito forte e tem se acelerado a cada trimestre, mesmo com o ciclo de alta de juros e as medidas de restrição ao crédito adotadas pelo Banco Central, pois o mercado de trabalho está aquecido. Por isso, acredita-se que qualquer restrição terá efeito mínimo, o que representa um ponto positivo para o segmento nacional de papel que é dependente do consumo interno. Mesmo assim, devido ao avanço dos importados, deveriam ser implementadas medidas para proteger a indústria brasileira.

Os preços do papel apresentaram alta na Europa nesses dois primeiros meses de 2011 e, assim como o preço da celulose, foram maiores em relação ao mesmo período de 2010 (Tabela 2).

Tabela 2 - Preços do papel na Europa para os meses de janeiro e fevereiro de 2010 e 2011, em US\$/t

Período	A4	Embalagem Marron (175g/m ²)	Revestidos para Impressão de Revista (100 g/m ²)
Jan./2010	772,92	423,1	653,27
Fev./2010	772,40	433,82	643,73
Jan./2011	866,49	603,92	659,55
Fev./2011	862,00	650,00	676,00

Fonte: FOEX (2011).

Sintetizando, de um modo geral, as expectativas são otimistas para o segmento de celulose e papel nacional em 2011, mesmo com a política restritiva do governo, devido a três fatores: estoques mundiais abaixo da média histórica, capacidade limitada de aumento de produção para os próximos três anos e demanda global constante ou em crescimento devido, principalmente, aos mercados emergentes.

Segmento de Produtos Florestais Não-Madeireiros

No mercado de produtos florestais não-madeireiros há algum incentivo governamental para aumentar a produção brasileira. No Mato Grosso, por exemplo, o Governo do Estado e a Assembléia Legislativa se uniram para alterar a lei do palmito, passando de produto florestal, o que impedia a sua comercialização por ser um produto da floresta, para produto agrícola, impulsionando o plantio e o comércio da pupunha, um produto que possui elevado consumo interno. Também está em análise a questão das licenças ambientais e a participação do Banco do Brasil no sentido de buscar linhas de crédito com juros baixos para investir neste segmento.

Por sua vez, no setor de borracha natural, o governo de Rondônia tem feito esforços para agilizar o pagamento do subsídio para os produtores de borracha natural.

Em nível de governo federal, agricultores familiares que cultivam açaí, babaçu (amêndoa), borracha (extrativista), borracha natural, cará/inhame, castanha de caju, mamona, mangaba, pequi (fruto), piaçava (fibra), sisal e umbu contam, neste mês de março, com o bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para os financiamentos dessas culturas. Esse programa possibilita que o agricultor familiar pague os financiamentos de custeio e investimento com um desconto, que corresponde à diferença entre os preços garantidos e o preço de mercado, nos casos em que o valor do produto financiado esteja abaixo do preço de garantia. Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de fevereiro de 2011 e têm validade para o período de 10 de março a 9 de abril de 2011. O produto com o maior bônus este mês é a borracha (extrativista) – bioma Amazônia (65,71%), no estado do Maranhão.

De modo geral, percebe-se que o segmento de produtos florestais não-madeireiros no Brasil, nesse início de 2011, está apresentando bom desempenho com relação aos preços e às exportação (Tabela 3).

Tabela 3 – Preço de produtos florestais não madeireiros (R\$/kg) para os meses de janeiro e fevereiro de 2011.

Produto	Jan./2011	Fev./2011
Borracha natural (SP)	3,05	3,75
Palmito (ES)	0,83	0,83
Palmito (SP)	10,25	10,61
Resina Elliott	3.400,40	3,43
Resina Tropical	2.948,75	3,028

Fonte: APABOR (2011); CEASA/ES (2011); ARESB (2011), IEA (2011).

O aumento nos preços dos produtos florestais não-madeireiros se deve ao crescimento da demanda. O Palmito pupunha de Mato Grosso tem mercado garantido no país. Já o palmito nativo da floresta está prestes a ser extinto devido ao alto consumo do alimento. Acredita-se que será preciso

investimentos no sentido de desenvolver a cultura da pupunha, possibilitando o aumento da área plantada e produção desta.

No caso da borracha natural, a alta dos preços no Brasil é causada pelo efeito das cotações no mercado internacional, que têm sido elevadas devido a diversos fatores, entre eles, o aumento da venda de automóveis nos principais mercados mundiais (China, Estados Unidos, Japão e Brasil); problemas climáticos nas regiões produtoras, como o La Niña, no Sudeste Asiático; elevação dos preços de petróleo, que causam aumento do preço da borracha sintética e, conseqüentemente, da natural; e por especulações de mercado.

Após um recorde de US\$ 5.750,00 por tonelada no dia 14 de fevereiro, as cotações de borracha natural iniciaram um movimento de queda na Bolsa de Cingapura, atingindo o menor valor em 2011 no último dia 14 de março, de US\$ 3.800,00 por tonelada. De acordo com Heiko Rossmann, diretor da Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (Apabor), o preço do Granulado Escuro Brasileiro (GEB-1) para o próximo bimestre - abr/mai -, antes com expectativa de superar a casa dos R\$ 10,00 por quilo, agora deve se situar ao redor de R\$ 9,50 por quilo, valor ligeiramente superior ao preço praticado no mercado paulista no bimestre fev/mar -, de R\$ 9,29 por quilo.

Com exceção do Tanino e da Castanha-do-Pará, as exportações brasileiras de produtos florestais não-madeireiros foram crescentes nesse início de ano (Tabela 4).

Tabela 4 – Exportações de produtos florestais não-madeireiros (kg) para os meses de janeiro e fevereiro de 2011.

Produto	Jan./2011	Fev./2011
Tanino	15.065	450
Palmito	74.577	106.495
Castanha-do-Pará	1.522.400	1.450.286
Resina	2.108.022	5.297.446
Óleo Essencial de Eucalipto	13.170	28.240

Fonte: MDIC (2011).

Ao longo dos anos, as importações brasileiras da borracha natural vêm apresentando crescimento considerável e nesse início de 2011 não foi diferente. Em janeiro, o Brasil importou 18,8 mil toneladas do produto e, em fevereiro, 21,6 mil toneladas, ou seja, um crescimento de, aproximadamente, 15%, de acordo com dados divulgados pelo MDIC. Como é sabido, o consumo interno é muito superior à oferta, que responde por apenas 34% da demanda. O acumulado nestes dois primeiros meses do ano já supera em 4% o volume importado no mesmo período do ano passado. Se os preços internacionais continuarem altos, o Brasil pode bater mais uma vez o recorde de importação da matéria-prima em 2011.

“Apesar dos cortes de orçamento anunciados em diversos setores do governo, o volume de recursos para a implantação de florestas não deve ser reduzido”, afirmou Rossmann, ao comentar sobre as reduções dos gastos do Governo Federal.

Levando em consideração a evolução dos preços e volumes comercializados dos produtos não-madeireiros, os cortes de orçamento anunciados para vários setores do governo não parecem estar restringindo os negócios desse segmento.

Segmento de Madeira Processada

O segmento de madeira processada, de modo geral, segue o ritmo de recuperação e aumento na produção e exportação. Analisando as diferentes regiões do Brasil, não há evidências de uma desaceleração neste seguimento. Portanto, as políticas de desaceleração da economia brasileira e o corte no orçamento de 2011, anunciado pelo governo, ao que tudo indica, não trarão prejuízos para o setor e são, basicamente, parte de um ajuste fiscal com o objetivo de atingir a sustentabilidade do crescimento econômico.

De acordo com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), no Estado de São Paulo, em 2010, o mercado para madeira de eucalipto apresentou um aumento das atividades consumidoras de lenha, face ao aquecimento das atividades

ligadas à construção civil e à indústria da carne. Os demais setores consumidores, como celulose e painéis/ chapas, retomaram suas produções, tendo atingido os patamares vigentes antes da crise de 2008, com um retardamento um pouco mais longo nos painéis por conta da reação, um tanto demorada, do mercado internacional. Os mercados para tratamento e serraria, bastante atrelados à construção civil e à pecuária, continuaram firmes, mantendo estáveis as cotações dos produtos destinados a essas finalidades. Em 2010, portanto, prevaleceu uma tendência de estabilização dos preços da madeira para energia, processamento, tratamento e serraria. Houve, portanto, uma recuperação das cotações aos níveis pré-crise do final de 2008. Assim, as perspectivas para o ano de 2011 são de continuidade dessas condições de mercado, com um relativo aumento na demanda por parte do setor de painéis e chapas, que aumentarão significativamente a produção industrial (IEA).

No Norte do Brasil, continua a preocupação com o desmatamento e com a impunidade das madeireiras ilegais. Assim, várias entidades do setor têm buscado mecanismos de estímulo do consumo de madeira proveniente de planos de manejo sustentáveis. "Não adianta impedir ou mesmo proibir a retirada de árvores da Amazônia", afirma Malu Vilella, coordenadora da Rede Amigos da Amazônia. A Rede aposta no incentivo ao consumo de madeira - desde que seja de origem legal, de preferência certificada. Para isso, o primeiro passo tem sido qualificar o consumidor. Foi esta a proposta do programa Madeira é Legal, uma parceria entre o governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo, além do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), dos Produtores Florestais Certificados da Amazônia (PFCA) e de outras organizações da sociedade civil e de setor privado (CBIC, citado pelo Portal Madeira total).

No Mato Grosso, as exportações de madeira começaram o ano de 2011 no vermelho. Dados do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) mostram que no primeiro mês deste ano foram embarcados US\$ 7,469 milhões, o equivalente a 7,146 mil toneladas de madeira entre compensados, lâmina, serrada e perfilada. Na comparação com o ano passado, quando foram

US\$ 7,896 milhões, referentes ao envio de 7,504 mil toneladas do produto, a queda é de 5,41%. No acumulado de 2010, porém, foi registrado um aumento de 6,63% nas exportações de madeira, totalizando US\$ 129,238 milhões (121,506 mil toneladas) ante US\$ 121,208 milhões (119,8 mil toneladas) de 2009.

O presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Noroeste de Mato Grosso (Simno-MT), Geraldo Bento, explica que o índice negativo é reflexo da desvalorização do dólar, que prejudicou as transações internacionais. Ele revela que a baixa cotação deixa as vendas externas de madeira pouco atrativas. Com isso, segundo ele, as indústrias focam o atendimento ao mercado interno. Bento explica que a comercialização de madeira no país está aquecida e dentro das expectativas do setor. De acordo com ele, de tudo o que Mato Grosso produz, aproximadamente fica 70% no mercado nacional (A Gazeta).

No sul do Brasil a preocupação é com a base florestal. Por exemplo, no Paraná as florestas plantadas produzem, sustentavelmente, cerca de 30 milhões de m³ por ano, contra um consumo superior de madeira industrial e lenha de 34,8 milhões de m³/ano. Estudos recentes indicam déficit incremental a partir do ano 2010, com a conseqüente fuga de indústrias para outros Estados e a natural perda de empregos, renda e tributos para o Paraná. Para não perder participação no cenário nacional, o Estado teria de chegar a uma área de 1,65 milhões de hectares até o final da próxima década (INTERACT Comunicação Empresarial).

Em nível nacional, as exportações de madeira e derivados, nesses dois primeiros meses de 2011, totalizaram US\$220 milhões, representando um aumento de 13,1% em relação ao igual período do ano passado. As importações de janeiro e fevereiro de 2011 totalizaram US\$23,9 milhões, representando um aumento de 53,6% em relação ao igual período do ano passado. Portanto, a balança comercial brasileira de madeira e derivados, em

2011, totalizou saldo positivo de US\$241 milhões, representando um aumento de 10,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Esses

dados indicam que o setor está em plena atividade não refletindo sinais de desaceleração (Tabela 5).

Tabela 5 – Balança comercial brasileira para madeira e derivados (capítulo 44) para janeiro e fevereiro de 2010 e 2011, em 1000 US\$.

2011			2010			Variação %			
Mês	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
JAN	138.946	10.651	128.295	115.079	7.350	107.729	20,7	44,9	19,1
FEV	151.265	13.293	137.972	141.550	8.239	133.311	6,9	61,3	3,5
Acumulado	290.210	23.944	266.267	256.630	15.589	241.040	13,1	53,6	10,5

Fonte: MDIC, elaborado pela equipe do CI Florestas.

Nos dois primeiros meses de 2011, os preços do metro cúbico de madeira serrada na Zona da Mata Mineira permaneceram estáveis, a saber: Angelim Margoso (R\$1.710,00), Cumaru (R\$2.300,00), Jatobá (R\$2.070,00), Pinus (R\$520,00). As exceções foram o metro cúbico da Sucupira que teve aumento de 3,28%, sendo comercializada a R\$1890,00 e o Eucalipto que teve alta de 12,5% (Ciflorestas).

Segmento Moveleiro

Aparentemente, o setor moveleiro não deverá apresentar, em 2011, descontinuidade no seu processo de crescimento iniciado em 2010. Esse, porém, não deverá ocorrer na mesma intensidade do que ocorreu em 2010, crescimento de 15%, diante de um PIB recorde de 7,5%. Em 2011, as expectativas de crescimento devem ser encaradas com menor otimismo, haja vista algumas evidências nessa direção. De acordo com a Coordenação do Comércio e Serviços do IBGE, Reinaldo Silva Pereira, o setor já teria dado sinais de desaceleração em 2010, quando as taxas de crescimento de vendas estiveram variando entre 21,6% e 14,5%. Ainda em 2011, as medidas preventivas do Governo Federal de corte nos gastos públicos e de aumento das taxas de juros pelo Banco Central apontam para um possível desaquecimento do ritmo de crescimento do consumo em geral e, em particular, do setor

moveleiro, pois esse setor é bastante sensível às mudanças macroeconômicas. A conjuntura atual também aponta para uma tendência futura de mudança no crescimento do setor, em face da permanência da taxa de câmbio desfavorável à exportação de produtos brasileiros. Por outro lado, as expectativas de investimentos estrangeiros e nacionais no setor, incorporando tecnologias inovadoras e redutoras de custos, podem diminuir preços e refletirem em maior demanda interna e, ou, externa.

É de se esperar, portanto, que o mercado continue crescendo em 2011; porém, em menor intensidade, mesmo porque a previsão de crescimento do PIB é menor, em torno de 4,5%. Mesmo assim, o setor deverá continuar lucrativo e satisfatório para seus empresários.

Seguimento de carvão vegetal

A proposição atual de desaceleração do crescimento da economia nacional deve, de certo modo, alterar as animadoras perspectivas para o setor de carvão vegetal feitas no início deste ano. Previa-se um melhor desempenho do setor com base em uma expectativa otimista de demanda mais aquecida no mercado de ferro gusa e de oferta menor de carvão. Entretanto, as medidas de contenção de gastos públicos, aumento das taxas de juros e a projeção de um PIB menor, em torno de 4,5% para o ano corrente, irão, sem dúvida, refletir numa redução de demanda de produtos que contêm em sua composição o ferro gusa.

O mercado nacional é atualmente um dos principais absorvedores da produção interna de ferro gusa, sendo este cada vez menos competitivo no mercado internacional. Como o carvão segue o rumo do mercado de ferro gusa, espera-se que não haja crescimento muito significativo neste segmento. A tendência para 2011 é que o preço médio gire em torno de R\$555,00/t. No entanto, considerando a atual conjuntura, esta tendência pode não ser observada.



Equipe do Centro de Inteligência em Florestas:

Naisy Silva Soares – Economista, D.Sc. Ciência Florestal

Alberto Martins Rezende – Eng. Agrônomo, M.Sc. Economia Rural

Márcio Lopes da Silva – Eng. Florestal, D.Sc. Ciência Florestal

Altair Dias de Moura – Eng. Agrônomo, PhD. Agribusiness Management

*Permitida reprodução desde que citada a fonte.